

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.474.371 - SP (2019/0092783-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : **KIMIE YASSUDA HAYASAKI**
ADVOGADOS : **LUÍS ANTÔNIO ROSSI - SP155723**
: **DIEGO GIL MENIS - SP317506**
AGRAVADO : **FABIANO MASSAKI HAYASAKI**
ADVOGADOS : **ANDRÉ TEIXEIRA MEDEIROS - SP236650**
: **PAULO SÉRGIO SALGADO JÚNIOR - SP302873**

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC/73.** EMBARGOS DE TERCEIRO. BEM DE FAMÍLIA. IMÓVEL INDIVISÍVEL. IMPENHORABILIDADE. INTEGRALIDADE DO BEM. PRECEDENTES. ACÓRDÃO RECORRIDO EM DISSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

KIMINE YASSUDA HAYASAKI (KIMINE) opôs embargos de terceiro contra FABIANO MASSAKI HAYASAKI (FABIANO) aduzindo ser possuidora, na condição de meeira, de 50% sobre o único imóvel residencial de seus filhos – Fabiano Massaki Hayassaki, Denise Missae Hayasaki e Luciano Massaro Hayasaki – o equivalente a 16,666% cada um. Aberta a sucessão com o falecimento do seu marido – Haysaki Isami –, em 11/2/1992; e, após a divisão dos bens, FABIANO moveu ação de execução de título extrajudicial contra sua irmã Denise Missae Hayasaki, a qual redundou na penhora da fração ideal desta no imóvel. Alegou a autora ameaça do seu direito real de habitação e a impenhorabilidade do bem de família para proteger o seu patrimônio da constrição.

O pedido foi julgado improcedente (e-STJ, fls. 94/97).

Inconformada KIMINE interpôs apelação, a qual foi negada provimento pelo Tribunal bandeirante nos termos da seguinte ementa:

RECURSO - Apelação - "Embargos de Terceiro" - Insurgência contra a r. sentença que julgou improcedentes os embargos - Inadmissibilidade - Incontroversa existência de propriedade em condomínio indivisível - Apelante que é proprietária de 50% do imóvel, e nele reside como sua única moradia - Reconhecido direito de habitação, a teor do artigo 1.831 do Código Civil - Hipótese em que foi deferida a penhora de fração ideal pertencente a uma das condôminas, e que será

objeto de adjudicação em favor do exequente, que também é proprietário de outra fração ideal do imóvel - Penhora que implicará tão somente na transferência de propriedade de fração ideal, inexistindo risco de alienação total do imóvel - Impenhorabilidade do bem de família, prevista no artigo 1º da Lei nº 8.009/90, que não se estende à fração ideal penhorada - Direito de moradia e à habitação preservados - Sentença mantida - Honorários advocatícios majorados - Recurso improvido.

Irresignada, KIMINE interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a* e *c*, da CF sustentando, além de dissídio jurisprudencial, a violação dos arts. 1º e 3º da Lei nº 8.009/90 porque o bem penhorado é de família, sendo impenhorável em sua totalidade, nos termo da jurisprudência desta Corte.

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Do mérito

KIMINE sustentou a violação dos arts. 1º e 3º da Lei nº 8.009/90 porque o bem penhorado é de família, sendo impenhorável em sua totalidade, nos termo da jurisprudência desta Corte.

Com razão.

A proteção legal conferida pela Lei nº 8.009/1990, ao instituir a sua impenhorabilidade, tem por finalidade a proteção da família ou da entidade familiar, de modo a tutelar o direito constitucional fundamental da moradia e assegurar um mínimo para uma vida com dignidade dos seus componentes.

Verifica-se, ainda, que a lei estabelece, de forma expressa, as hipóteses de exceção à regra da impenhorabilidade do bem de família, refletindo claramente seu caráter excepcional, evidenciando que ela é insuscetível de interpretação extensiva.

No caso em apreço, não obstante o reconhecimento que o imóvel penhora serve de moradia para a família, o Tribunal de origem consignou que a impenhorabilidade

deveria ficar restrita à meação da embargante, fazendo-o nos seguintes termos:

O exame dos autos revela a apelante opôs "embargos de terceiro" (folhas 01/09), em face da "ação de execução" (folhas 54/56), em que foi deferida a penhora da fração ideal de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) do imóvel matriculado sob o nº 55.852 (folhas 57), sob o argumento de que é meeira do referido imóvel, e que o utiliza como sua única residência, requerendo seja reconhecido seu direito de habitação, bem como a impenhorabilidade do bem de família.

Houve contestação (folhas 61/64), com a juntada de documentos (folhas 66/69), e réplica (folhas 72/76).

Após infrutífera audiência de tentativa de conciliação (folhas 87/88), sobreveio a r. sentença (folhas 94/97), que julgou improcedentes os embargos, por entender que foi preservada a parte ideal pertencente à apelante, e que a constrição realizada não impedirá a continuidade de seu direito real de habitação. Diante da sucumbência, a apelante foi condenada ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), respeitada a justiça gratuita. E ante a rejeição dos embargos declaratórios (folhas 106/0107), houve a imposição de verba honorária complementar, fixada em R\$ 468,50 (quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

Daí a irresignação da apelante, que não comporta provimento.

Com efeito, dispõe o artigo 1º da Lei 8.009/90:

"Art. 12. O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei." Assim, pela análise do referido dispositivo, se constata que a impenhorabilidade do bem de família visa tão somente assegurar o direito à moradia não só dos proprietários do imóvel, como também de toda a entidade familiar.

No caso vertente, como bem observou o nobre magistrado de primeiro grau, restou incontroverso ser a apelante proprietária de 50% (cinquenta por cento) do imóvel matriculado sob o nº 55.852, conforme documento em folhas 18/20, bem como que o mesmo é utilizado para sua única moradia, inclusive em respeito ao direito de habitação, previsto no artigo 1.831 do Código Civil.

Contudo, também restou incontroverso que referida propriedade é exercida em condomínio indivisível com os

filhos da apelante, dentre eles a executada DENISE MISSAE HAYASAKI, e o exequente, ora apelado.

Dessa forma, conforme bem consignado na r. sentença, considerando que a penhora deferida pela r. decisão em folhas 57, se refere tão somente à fração ideal de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento), pertencente à executada DENISE MISSAE HAYASAKI, e que o exequente, ora apelado, também é coproprietário de fração ideal correspondente a 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) do imóvel, e que o mesmo pretende apenas a adjudicação da fração ideal penhorada, não se verifica qualquer ameaça ao direito real de habitação da apelante, tampouco à impenhorabilidade do bem de família.

Isso porque, em se tratando de condomínio indivisível, ainda que um dos condôminos habite no imóvel, como sua única moradia, o direito à impenhorabilidade de sua fração ideal não pode se estender à totalidade do imóvel, pois a teor do artigo 1.314 do Código Civil, os condôminos podem exercer todos os direitos compatíveis com a indivisão, podendo inclusive gravá-la.

Portanto, considerando que a penhora de fração ideal do imóvel tem por escopo tão somente alterar a fração ideal pertencente ao exequente, ora apelado, que já era proprietário do imóvel em condomínio com a apelante, bem como que a referida constrição não afetará o direito de moradia e de habitação da apelante, já que não será permitida a alienação total do mesmo, não se verifica qualquer contradição na r. sentença, tampouco violação ao disposto no artigo 1º da Lei 8.009/90, artigo 1.831 do Código Civil e artigos 1º, inciso III e 6º, ambos da Constituição Federal (e-STJ, fls. 139/141).

Contudo, a orientação desta Corte Superior é no sentido de ser integral a impenhorabilidade do bem de família, sob pena de tornar inócua a proteção legal, salvo do bem divisível.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BEM DE FAMÍLIA DIVISÍVEL. PAVIMENTOS INDEPENDENTES. PENHORA DE FRAÇÃO IDEAL DO PAVIMENTO COMERCIAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A orientação jurisprudencial das Turmas componentes da Segunda Seção desta Corte Superior é firme no sentido de que o imóvel indivisível protegido pela impenhorabilidade do bem de família deve sê-lo em sua integralidade, sob pena de tornar

inócua a proteção legal.

2 Contudo, esta Corte possui também o entendimento de que é viável a penhora de parte do imóvel caracterizado como bem de família, quando desmembrável, e desde que este desmembramento não prejudique ou inviabilize a residência da família.

3. No caso dos autos, o acórdão recorrido consignou tratar-se de imóvel com destinações distintas e separadas uma da outra, situando-se a parte comercial no pavimento térreo e a residencial no pavimento superior, ficando caracterizada a possibilidade de penhora da fração do bem relativa à parcela de uso comercial.

4. A alteração do acórdão recorrido, para concluir pela indivisibilidade do imóvel ou afastar o seu uso comercial, na forma que pretende o recorrente, demandaria a reanálise do acervo fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 573.226/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, DJe 10/2/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. BEM DE FAMÍLIA. IMÓVEL INDIVISÍVEL. IMPENHORABILIDADE. INTEGRALIDADE DO BEM. FUNDAMENTOS INSUFICIENTES PARA REFORMAR A DECISÃO AGRAVADA.

1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental.

2. O imóvel indivisível protegido pela impenhorabilidade do bem de família deve sê-lo em sua integralidade, sob pena de tornar inócua a proteção legal. Precedentes desta Corte.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 293.792/SP, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA

(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), Terceira Turma, DJe 11/5/2011)

Assim, o acórdão recorrido está em dissonância com a orientação desta Corte Superior de que o imóvel indivisível protegido pela impenhorabilidade do bem de família deve sê-lo em sua integralidade, sob pena de tornar inócua a proteção legal, devendo, portando, ser reformado.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **DAR PROVIMENTO** ao recurso especial para reconhecer a impenhorabilidade do imóvel em litígio.

Superior Tribunal de Justiça

MAJORO os honorários advocatícios em R\$ 500,00 (quinhentos reais)
nos termos do art. 85, §§ 2º e 3º, do NCPC.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator